A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE

Adelli Carla Silva Nascimento[1]
Raul Marques Neto[2]
Gleise Campos Pinto Santana[3]

O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro é marcado por um profundo antagonismo, a modernização da agricultura serviu para aprofundar as desigualdades existentes no meio rural. Mesmo a agricultura tendo apresentado ganho de produção e tendo contribuído para a dinamização da economia brasileira, isso não levou à diminuição dos problemas sociais no campo. E, a impossibilidade de manter-se neste meio, levou a população rural a buscar outras alternativas de sobrevivência. Entre essas alternativas encontram-se as migrações campo-cidade, que fora estimulada principalmente pela exclusão social e expropriação dos meios de produção do camponês. E diante essa problemática temos como objetivo analisar a reprodução social camponesa ante o desenvolvimento e a re-estruturação do capitalismo no campo, a partir da expansão do trabalho não-agrícola e da precarização das relações de trabalho, no município de Itabaiana (SE), verificando seus reflexos na configuração do espaço rural. Para uma maior compreensão a cerca da temática utilizamos como autores tais como: Antunes (1999), Thomaz Junior (2004), Martins (1991), Singer (1999) dentre outros. Foram feitas entrevistas junto à comunidade camponesa do município, com o intuito de analisar as questões que se referem às estratégias de reprodução campesina e a precarização das relações de trabalho na área.

Palavras-chaves: Reprodução social, re-estruturação, precarização.

INTRODUÇÃO

Muito se falou, no final do século XX e início do século XXI, em massa

[1]especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior, Mestranda em Geografia (NPGEO – UFS), estudante, Universidade Federal de Sergipe, Brasil.
[2]especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior, estudante, Universidade Federal de Sergipe, Brasil.
[3]mestranda em Geografia (NPGEO – UFS), estudante, Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

de manobra e exército de mão-de-obra, tais termos causavam terror a quem se informava a respeito do mundo do trabalho, hoje, passado alguns anos, estes não causam mais tanto impacto, pois, não há empregos, e, muitos nascerão e morrerão desempregados. Estamos na Era do “Desemprego Estrutural”.

Precarizado, informal, instável, sem direitos trabalhistas, estas são as condições do trabalho no início do século XXI, deste modo, os detentores do capital aproveitam-se da fragilidade a qual se encontra o homem deste século. Seja como contratados de empresas terceirizadas, seja monopolizando a produção da mercadoria, o capitalista visa apenas o lucro e a exploração da mão-de-obra.

Manter a classe trabalhadora ativa, não é objetivo do capital nem do Estado, pois, com os trabalhadores unidos e com segurança no trabalho, surgem sindicatos que reivindicam seus direitos e estes não aceitariam as relações trabalhistas precarizadas, como ocorre nos dias atuais, sendo assim é cada vez mais frequente o uso de contratos nas grandes empresas e diaristas no campo, pois estes, quando acaba o contrato ou são postos para fora, respectivamente, não recai nenhum ônus financeiro ao capitalista.

As repercussões dessas transformações para a classe trabalhadora são sobremaneira importantes e desastrosas, pois a desproletarização e a precarização das formas de trabalho acarretaram a complexificação da classe trabalhadora, e o enfraquecimento da sua unidade. Essa complexificação da classe trabalhadora, além de fragmentar os trabalhadores, possibilitou que fossem retirados direitos historicamente conquistados, o que ocasionou o enfraquecimento do movimento sindical e, o seu controle através do “sindicato da empresa” (ANTUNES, 2000).

Contudo, mesmo diante da ausência de empregos e dos cortes de trabalhadores feitos nas indústrias, não podemos falar no fim do trabalho, mas em um novo direcionamento do mesmo, onde cada vez mais ocorre a troca de trabalho vivo pelo trabalho morto, entretanto, o trabalho morto não substitui por completo o trabalho vivo. Temos neste trabalho o objetivo de analisar as relações de trabalho no município de Itabaiana no estado de Sergipe, e como estas estão cada vez mais precarizadas.

PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

É sabido que o trabalho transforma as relações humanas, transforma a matéria-prima, o espaço vivido, que gera riqueza, que "dignifica a humanidade". Enfim existe uma multiplicidade de definições e de olhares diferentes sobre o tema, e uma infinidade de "traduções" para o que é o trabalho.

Ao longo da história, este (o trabalho) fora exaltado, deixado de lado e minimizado, a depender do modo e processo de produção vigente. Do Carmo (1992) nos diz que os gregos, utilizando-se da máxima de Aristóteles "Pensar requer ócio" apresentavam uma postura distante em relação ao trabalho, porém, para sustentar a elite grega, os escravos trabalhavam. Na Idade Média, pode-se dizer que houve um meio termo entre escravo e trabalho livre, não há evidências de grande atenção ao trabalho (mercadoria) atrelado ao produtivismo. Com o advento do capitalismo, passou a imperar o produtivismo. Torna-se revoltante para a elite burguesa a indolência e o ócio. O trabalho é então exaltado como única fonte de riqueza. No século XX, preocupação com o desempenho humano se exacerba. Difundem-se as ideias de Taylor e Ford, a partir de então, surgiram sempre novas técnicas e métodos para que o trabalhador produzisse mais em menos tempo. A queda na taxa de lucros e a necessária redução nos gastos devido as crises do capital, fez com que muitos autores chegassem a questionar o fim do trabalho, devido aos cortes nas indústrias e o consequente desemprego estrutural, o trabalho passa a ser temporário, desprovido de direitos e sob condições cada vez mais precárias.

Desde o mundo antigo e sua filosofia, o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão (ANTUNES, 2005, p. 12).

Marx (citado por Antunes, 2005, p. 12) sintetiza de forma sublime o trabalho: trabalhar era, ao mesmo tempo, necessidade eterna para manter o metabolismo social entre a humanidade e a natureza. Mas, sob o império e o fetiche da mercadoria, a atividade vital metamorfoseava-se em atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória. É conhecida sua

referência ao trabalho fabril: Se pudessem, os trabalhadores fugiriam do trabalho como se foge de uma peste!

O trabalho tem dimensões dúbias, ora constrói, ora destrói, ora humaniza, ora subordina, gera riqueza, explora, degrada, precariza, transforma, é necessário. Essas são as diferentes dimensões, reestruturações e contradições do mundo do trabalho, e, diante das conturbações ainda maiores, hoje vivenciadas, buscamos um "novo" sentido para o mesmo.

Se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência (ANTUNES, 2004, p. 8).

A força de trabalho, no capitalismo, torna-se mercadoria, que cria outras mercadorias, com o intuito de ampliar e supervalorizar o capital, desse modo, o trabalho não é satisfatório para o homem, e sim, exaustivo e degradante. Nos países conhecidos como emergentes, os trabalhadores, marginalizados, estão a procura de qualquer tipo de trabalho, ainda que precarizado, vivem a mercê das grandes empresas que, em determinados meses do ano, contratam, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado e meses depois, demitem, sem nenhuma redução nos lucros, nem no capital da empresa, e os trabalhadores saem como entraram, sem nada, sem nenhuma perspectiva.

A partir da década de 1970, iniciou-se um processo de reorganização produtiva em escala global, as características mais evidentes foram o neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. A isso seguiu também um intenso processo de reestruturação produtiva da produção e do trabalho, com o intuito de dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2005).

Esse período caracterizou-se como uma intensificação da ofensiva do capital contra o trabalho e o avanço tecnológico que deveria contribuir para a redução da jornada de trabalho, e tempo livre para o trabalhador, ocorreu o contrário, serviu para enxugar os gastos empresariais, aumentar o desemprego estrutural e os trabalhadores que continuaram nas empresas, tiveram suas

jornadas de trabalho ainda mais intensificadas e precarizadas, passando a maior parte do tempo nas indústrias e convivendo diariamente com a insegurança, ou seja, a qualquer momento pode ser posto para fora da empresa.

Contudo, não se pode falar no fim do trabalho, mas num "novo" direcionamento do mesmo, atrelado a isso estão a diminuição do número de operários nas indústrias, as mortes causadas pelos novos empregos (a exemplo os motoboys), a uma população doente por excesso de trabalho (lesão por esforço repetitivo, desnutrição, obesidade), além do trabalho escravo nas agroindústrias.

No Brasil, a partir da acumulação flexível e da reestruturação do capital, intensificou as formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, as indústrias passaram a buscar, além das isenções fiscais, níveis mais rebaixados da força de remuneração de trabalho, combinados com uma força de trabalho sobrante, sem experiência sindical e política, pouco ou nada taylorizada e fordizada e carente de qualquer trabalho (ANTUNES, 2008, p. 106).

Presenciamos, hoje, a troca do trabalho vivo, advindo da força de trabalho humana, pelo trabalho morto (representado por máquinas) é lucrativo para o capital e danoso para o trabalhador. Presenciamos também, segundo Antunes (2008) o que Marx chamou de trabalho imaterial, realizado nas esferas da comunicação, publicidade e marketing, próprias da sociedade do logos, da marca, do simbólico, do involucral e do supérfluo. Novas formas contemporâneas de criação de valor.

Tais formas de criação de valor, nada mais são que medidas de ampliar o capital e intensificar o trabalho. Quanto mais um produto é apresentado como de longa duração, menor é seu "tempo de vida útil", é necessário para as empresas que haja a circulação dos produtos com grande rapidez, quanto menos durar o produto, mais rápido o consumidor adquirirá um outro, e o trabalhador (multifuncional) deve estar sempre inovando devido a concorrência das outras empresas.

O capital, hoje, necessita cada vez menos do trabalho estável e para extrair o sobretrabalho faz a junção entre o trabalho vivo (terceirizado, temporário) pois não pode eliminá-lo do processo de mercadorias, ao trabalho

morto corporificado no maquinário tecno-científico. Essa é a Era da empresa enxuta, com novos proletários precarizados e terceirizados.

No mundo do trabalho contemporâneo, o saber científico e o saber laborativo mesclam-se ainda mais diretamente. As máquinas inteligentes podem substituir em grande parte o trabalho vivo, mas não podem extingui-lo e eliminá-lo definitivamente (ANTUNES, 2008, p. 121).

Portanto, ao contrário do que imaginaram alguns autores, o maquinário não extinguiu (nem extinguirá) a força de trabalho, pelo contrário, necessita do trabalho complexo, multifuncional, que é explorado de maneira sofisticada e intensa junto a máquina. Desse modo, se utilizando das palavras de Antunes (2008) podemos inferir que "o trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social".

Diante do exposto, fica explícito que é necessário que exista a classe dos menos favorecidos para manter a classe do mais favorecido. Expandir o capital, ampliar o lucro, significa, ao mesmo tempo, expandir a exploração do trabalho, manter a pobreza para que a classe proletária e camponesa dependa do capital, seja explorado por este, e, ainda assim, sintam-se agradecidos e devendo favores aos capitalistas por estes lhes pagar um salário mísero, não se reconhecem como responsáveis pela riqueza destes.

Desse modo, mantendo o trabalhador sendo explorado a maior parte do tempo, ora sendo vendedor, ora proletário, ora trabalhando na terra, os mantém ocupado, sem tempo para organizar-se em cooperativas ou sindicatos. A consciência de classe parece estar dispersa, o capital se apodera e passa a fazer parte também desses sindicatos, o que deveria estar restrito apenas ao trabalhador. Os sindicatos e cooperativas tem cada vez menos voz em empresas, na cidade ou no campo. O individualismo e a intensificação do trabalho, pregados pelo capital, tem contribuído para o esfacelamento de classes e, consequentemente, ao distanciamento da luta, bem como da subordinação do trabalho ao capital.

A implementação de novas tecnologias no mundo do trabalho, promoveram/promovem modificações no espaço, não apenas nas relações trabalhistas, como também, na produção da mercadoria e na sociedade como um todo. Porém, como vimos, seu caráter mais sistêmico repercute mais diretamente sobre o trabalho, tendo como consequência o desemprego

estrutural e a busca pelo emprego informal, neste a exploração do trabalho é mais intensa.

“O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas ultimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado.(...) Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado a economia informal, ao setor de serviços, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho.”(ANTUNES, 1999, p. 209).

Com a reestruturação produtiva do capital, os problemas existentes no campo são ainda mais acirrados, sobretudo os de ordem social e econômica. O ônus sempre recai sobre os menos abastados que tem a oferecer apenas a força de trabalho. Com o avanço do capitalismo no campo e o crescimento da tecnologia, houve um redimensionamento nas formas de exploração do trabalho, este passa a ser escasso e ainda mais explorado, o desemprego se agrava principalmente em países "em desenvolvimento", cuja industrialização crescente é atrelada a grande desigualdade econômico-social, países que se adéquam a nova ordem mundial sem se atentar para o agravamento dos problemas sociais.

E, para garantir a sobrevivência na era tecnológica do capital global, prolifera o subemprego, o trabalho precário, o emprego informal, e a consequente exploração a da mão-de-obra. É neste contexto que, camponeses, proletários, camelôs, catadores de lixo, vivem num incessante ir e vir, numa busca diária por meios de sobrevivência, podendo numa safra praticar o trabalho acessório nos canaviais ou cafezais, noutros meses praticarem trabalho não-agrícola, ou o trabalho agrícola, ou até mesmo os dois, aumentando desse modo a exploração a da mão-de-obra, são trabalhadores que vivem em diferentes ocupações ao longo do ano, dos meses, ou até do dia, numa relação de "emprego" que segundo Singer (1999, p. 2) “se faz, desfaz e refaz em intervalos curtos e irregulares”.

O assalariado "intermitente" (trabalhadores volantes, parceiros, bóias-frias) são os que permitem maximizar a taxa de exploração, ou seja, podem até trabalhar todos os meses do ano numa mesma fazenda, porém, quando são mandados embora, não são amparados por lei, e não recai nenhum ônus sobre os donos das fazendas.

A modernização agrícola, onde ela foi implantada, trouxe para o trabalhador rural o desemprego ou a proletarização, fazendo com que muitos passassem a trabalhar não como assalariados permanentes, com as garantias trabalhistas, mas como diaristas, aumentando o nível de exploração da força de trabalho existente neste meio.

Ante o desenvolvimento do capitalismo no campo e da subordinação do trabalho ao capital, o camponês não consegue reproduzir-se socialmente apenas com o trabalho agrícola, submetendo-se as relações de trabalho precarizadas, em especial ao trabalho não-agrícola.

Pudemos perceber a intensidade da exploração do trabalho e sua grandiosa precarização na ida ao campo, na produção de castanha de caju, ou na indústria ceramista, estas são explícitas, relata os trabalhadores que acordam às 2:00 ou 3:00 horas da manhã para torrar e tirar a casca da castanha. Permanecem na mesma posição (sentada) por cerca de 9 ou 10 horas, fato este que prejudica a coluna dos trabalhadores, além de formar uma "casca" vermelha nos dedos dos produtores. Uma moradora do povoado Carrilho nos conta:

"Minha neta tem vergonha de ir pra escola com os dedos dessa cor, e todos os dias, depois do trabalho, tira a casca com cloro, mas isso deixa a pele fininha, vive cortada a mão dela (...). Trabalha porque tem muita necessidade".

Depoimento como esse nos faz perguntar: Houve melhoria no campo com a entrada de outras atividades que não a agrícola? Para quem? A necessidade de reproduzir-se socialmente leva o camponês, tenha a idade que tiver, a submeter-se a exploração, a submeter-se ao capital, a submeter-se a deixar ainda mais rico o capitalista, e, sentir-se envergonhado com o "trabalho" que lhes foi "presenteado" pelo capital. E a ideia de aldeia global tão propalada pelos grandiosos? O mundo uma aldeia, o mundo de todos, tudo estar em

todos os lugares, para que? Para quem?

O capital se mundializa, se reestrutura, desestrutura, muda de face, muda o processo de produção, muda de modo de produzir, muda para o benefício de quem? Não poderia aqui deixar de relatar a "redução do índice de indigência", a "melhoria nas condições de vida", o "aumento da renda", mas sem esquecer, contudo, do aumento da exploração e do trabalho árduo. Alguns trabalhadores, além da produção de castanha de caju, trabalham também na agricultura, o que faz aumentar a exploração, estes param de trabalhar por volta das 13:00 horas na produção de castanha ou na indústria ceramista e começam a lavrar a terra para ajudar nas despesas, ou simplesmente para alimentar-se:

"Gostaria muito de trabalhar só na malhada, não tenho muita saúde para trabalhar tanto, na terra o sol acaba com a gente, mas é o que eu gosto. Se eu pudesse trabalhar para mim mesmo, sem precisar tá no horário que os outros querem, trabalhar a hora que quiser e no que é meu".

Alguns trabalhadores têm certa noção da exploração do trabalho, porém, as péssimas condições de vida e a necessidade de sustentar-se no campo os fazem dar até a "última gota de seu sangue":

"Na terra eu trabalho muito, até demais, me canso, mas não troco por nada. Aqui eu sou liberta, é do campo que preciso pra viver".

É necessário, pois, ter um sentido na vida e no trabalho, sem este sentido, a vida segue inerte, sem rumo. Essas são as grandes causas também dos casos de doenças no trabalho, depressões e suicídios, tais doenças são, em muitos dos casos, ocasionadas pela ausência de sentidos no mundo do trabalho e, consequentemente, na vida.

Uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com o tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. (ANTUNES, 2008, p. 112).

De certo modo, é ambíguo criticar as formas de trabalho, a intensidade e a precarização, e ao mesmo tempo criticar a ausência do mesmo. Ora, se estamos vivenciando o mais crítico "estágio" do trabalho, no qual milhões de homens e mulheres em todo o mundo estão desempregados e vivem em busca de qualquer tipo de trabalho seja informal, temporário, precarizado, por que então criticar o trabalho assalariado?

O direito ao trabalho é uma reivindicação necessária não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado e fetichizado, mas porque estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente, particularmente para a massa de trabalhadores e trabalhadoras que vivem no chamado terceiro mundo, desprovidos completamente de instrumentos verdadeiros de seguridade social, significa uma desefetivação, desrealização e brutalização ainda maiores que as já vivenciadas pela classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2008).

Portanto, o assalariamento, nos moldes do modo de produção capitalista, principalmente em se tratando do meio rural, não traz uma vida de sentido, ou a liberdade falada na legislação (direito de ir e vir) e na democracia “falseada”. Vive-se, contudo, numa "prisão", pois se são assalariados, são escravos do tempo do capital e se não o são, são privados dos mínimos direitos à sobrevivência.

No meio rural de Itabaiana, visitamos e entrevistamos algumas indústrias ceramistas, as duas primeiras que visitamos, não possuíam nome fantasia, segundo os entrevistamos (dois trabalhadores, dos quais um era menor, e o proprietário) trabalham cerca de seis horas por dia, nesse tempo tem que produzir 1000 tijolos e recebem 25,00 reais o dia, o proprietário, não nos deixou em nenhum momento e respondia a maior parte das perguntas, os empregados respondiam apenas com monossílabos ou balançando a cabeça, por muita insistência, o mais velho falava esporadicamente. A "empresa" não é registrada, tampouco os trabalhadores possuem carteira assinada, estes responderam que o salário é suficiente para sustentar a família:

"Tem que ser, né?"

Outra realidade presenciada, foi na cerâmica Santo Antônio, trabalham

nesta 180 funcionários, a maioria destes são moradores do Rio das Pedras (povoado de Itabaiana), onde a indústria está localizada, muitos destes recebem por produção, a cada 1500 blocos recebem R$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos). Nesta a precarização é muito intensa, não há segurança no trabalho, não usam máscaras e aspiram a todo o tempo a fumaça dos fornos e o pó que fica nos blocos. São multifuncionais, fazem com frequência hora extra. Segundo os funcionários, apenas o pessoal que trabalha no escritório e os fiscais de bloco recebem o salário fixo:

"Quem trabalha na produção recebe mais, é só trabalhar mais".

"Mesmo quem é fiscal de bloco, no fim do dia trabalha mais umas horinhas pra ver se completa mais um dinheirinho, se não, não dá".

Podemos perceber os caminhos e macetes do capital para aumentar cada vez mais a taxa de lucros, ou seja, o importante é produzir, paga-se um salário muito baixo e "induz" o mesmo trabalhador a fazer outras funções para complementá-lo.

Os trabalhadores e a indústria (no campo) são pares dialéticos, é necessário para o capital que haja trabalhadores desprovidos de terra e de meios de trabalhar na terra, em busca de qualquer tipo de serviços, são homens e mulheres dispostos a tudo para não passar fome, é viável para o capital mantê-los na pobreza, sem perspectiva. Para que exista e se perpetue a riqueza é necessário a pobreza, por isso, os capitalista se utilizam dos mais diversos macetes para alienar a classe baixa e mantê-los como são, para que os mesmos possam manter a classe burguesa.

Segundo Martins (1995) ao contrário do proletário, o camponês não tem seu trabalho subordinado ao capitalista, é um trabalho independente, o que ele vende não é o trabalho, mas o seu fruto, fruto este que nasce como prioridade sua, e não do capitalista. Portanto, ainda que tenha uma relação intensa do camponês com o mercado, não há uma dependência vital deste para com o mercado.

É visível que a luta dos proletários são em conformidade com o capital

(lutam por melhores salários, redução do tempo de trabalho, melhores condições no mesmo), porém, as lutas camponesas são contra o capital, pois estes lutam para não serem abocanhados pelo mesmo, e assim não submeter-se à perda da autonomia campesina.

Por unanimidade os entrevistados do município de Itabaiana disseram preferir o trabalho na terra, em sua terra, e o principal argumento é a autonomia, a independência para com o capitalista:

"Quer comparar? Trabalhar pra você mesmo é bem melhor, não ter ninguém pra dizer faça isso ou aquilo tal hora. Você planta, colhe e vive como quer, sem ninguém mandar em você. Isso sim é vida boa".

Em contrapartida, o capital busca justamente o contrário disso, a essência das contradições capitalistas está na separação entre trabalhadores e meios de produção. Desse modo, ele (o capital) pode assenhorar-se dos meios de produção e fazer com que os trabalhadores se submetam as suas imposições.

A grande concentração de terra, renda e capital, faz multiplicar espacialmente as diferentes modalidades do trabalho informal. As mudanças no mundo do trabalho e a fragmentação da práxis social, é uma lógica perversa do capital, pois retira, desqualifica, fragiliza, renega as alternativas que tem alguma vinculação com os propósitos de manutenção, reconstituição e fortalecimento das iniciativas autônomas dos trabalhadores (TOMIASE, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das constantes crises pela qual passa o capital, o capitalista cria e recria diferentes maneiras de reproduzi-lo e amplia-lo. Nos últimos anos estamos vivenciando a re-estruturação produtiva do capital, na qual, investe-se cada vez mais na alta tecnologia, como tentativa de substituir o trabalho vivo (o homem) pelo trabalho morto (a máquina), com a finalidade de produzir mais e gastar menos, ou seja, intensificar o lucro.

Com a re-estruturação diminui-se os postos de trabalho e torna-os mais seletivos, pois é necessário uma mão-de-obra altamente qualificada. Em

decorrência destas mudanças, muitos acreditam e defendem o fim do trabalho, contudo, não vemos tais transformações como o fim do trabalho até porque este (o trabalho) é o principal gerador da riqueza, mas vemos como um novo direcionamento do mesmo, o trabalho existe e continuará a existir, todavia, cada vez mais precarizado, explorado, exaustivo.

Desta maneira, estamos diante de mais outra contradição, o trabalho deve existir para manter o capital e o mesmo parece querer destruí-lo. Por um lado, tem-se a desestruturação do mundo do trabalho e o desemprego estrutural, e, por outro lado, temos o trabalho como força motriz do modo capitalista de produção.

E, na procura por novos espaços de acumulação, o capital busca, como dito, a máquina, e une indústria à agricultura, tem-se a agroindustrialização, através desta diminui o número de empregos no campo e aumenta a concorrência desleal entre agroindústrias e o trabalho camponês. O capital busca também na terceirização da produção, bem como na relocalização industrial meios que possibilitem a sujeição da agricultura ao capital.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 11. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ANTUNES, Ricardo, Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Boitempo 9º edição, 2008, São Paulo.

DO CARMO, Paulo Sérgio. A Ideologia do Trabalho. São Paulo, Ed moderna, 1992.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. 5ª ed.Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.